

# Parecer da Associação de Professores de Geografia

## Exame Final Nacional de Geografia A

Prova 719 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2024

### 11.º Ano de Escolaridade

O presente documento resume algumas considerações feitas a propósito do Exame Final Nacional de Geografia A, 1.ª Fase de 2024, realizado no passado dia 17 de junho, resultantes da análise crítica dos professores de Geografia, classificadores e associados que nos enviaram as suas respetivas apreciações.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Educação, dos 17 664 alunos inscritos, realizaram a prova 15 358 estudantes, correspondendo a 85% do universo de inscritos, ou seja, o dobro do número de alunos em comparação com o registado no ano letivo anterior. Não obstante a obrigatoriedade de realização de duas provas de disciplinas específicas [o que não sucedeu nos últimos anos devido ao contexto (pós) pandémico] é de realçar o facto de os alunos terem selecionado a prova de Geografia A para a conclusão do seu ciclo de estudos, demonstrando a importância da disciplina no currículo nacional e o esforço e a dedicação dos docentes na valorização da mesma.

A estrutura do Exame Final Nacional de Geografia A é semelhante à dos anos transatos, quer na tipologia de itens que a constituem, quer pelos Critérios Específicos de Classificação apresentados. A este propósito é de destacar favoravelmente a continuidade da existência de itens de resposta obrigatória e não obrigatória de tipologia distinta, possibilitando um resultado mais satisfatório para a generalidade dos alunos.

No cômputo geral, à exceção de alguns conceitos e itens a elencar na análise fina da prova, e indiferentemente do maior ou menor grau de complexidade inerente a cada item, considera-se que esta avalia os conhecimentos e as capacidades da disciplina enunciados nos documentos curriculares em vigor, homologados pelo Ministério da Educação, encontrando-se articulada com a informação-prova divulgada pelo IAVE, I.P..

Quanto aos processos cognitivos mobilizados na resolução da prova, considera-se que o grau de complexidade é semelhante ao de edições anteriores, tendo em conta a obrigatoriedade de todos os itens de construção, a terminologia científica aplicada, o grau de exigência do conhecimento do território nacional e sua articulação com os conteúdos da disciplina. Acresce a mobilização dos conhecimentos geográficos na tomada de posição e a argumentação face às situações apresentadas, considerando as especificidades regionais e

locais características do território. Estes itens relevam, particularmente, para um nível de raciocínio e pensamento crítico associados ao planeamento, ordenamento e gestão do território, enfatizando a importância da cidadania territorial.

As perspetivas multiescalar e multifatorial, presentes na prova, permitiram a mobilização de processos cognitivos de complexidade distinta, privilegiando a interrelação de conhecimentos bem como a interpretação dos respetivos suportes documentais.

Considerando que a disciplina de Geografia aborda temáticas e acontecimentos da atualidade, este Exame poderia ter sido mais inovador e criativo, incidindo sobre temas de maior relevância nacional e europeia, que poderiam enriquecer a prova, tais como, a integração da Ucrânia na União Europeia, a gestão dos recursos hídricos no Algarve, o novo aeroporto de Lisboa ou as migrações. Com efeito, a inclusão destas temáticas não só tornaria mais atual e pertinente a prova, como também proporcionaria aos alunos a oportunidade de aplicar os seus conhecimentos geográficos a questões de grande impacto e relevância social, política, económica e cultural sem descuidar a dimensão ambiental. Esta abordagem fomentaria, assim, um entendimento mais profundo e crítico do mundo VICA, preparando melhor os alunos para os desafios geopolíticos do presente e do futuro.

## Itens

A prova é composta por 28 itens, dos quais 18 são de carácter obrigatório e, de entre os 10 restantes, apenas os seis com melhor pontuação contribuem para a classificação final. Esta estrutura permite dar oportunidade aos alunos de obterem uma melhor classificação em função do seu desempenho.

À semelhança da edição anterior, esta prova foi pouco criativa ao nível da tipologia de itens de seleção (20) e de construção (8) formulados, tendo, nestas categorias, havido um predomínio de itens de escolha múltipla (18) e de resposta restrita (6).

Tal como em provas transatas, continua a verificar-se uma tendência para a sobrevalorização dos conteúdos relativos à Geografia Humana, quer em termos de número de itens, quer no número de itens de carácter obrigatório. A ênfase dada a uma determinada variante da disciplina pode enviesar o carácter holístico e interdisciplinar da ciência geográfica que os alunos concetualizam.

A inclusão de questões que abordam características e problemas específicos à escala regional proporciona uma visão mais completa e diversificada do território nacional. Neste contexto, destaca-se positivamente a maior expressividade regional, evidenciada, entre

outros, nos itens dedicados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Este enfoque regional não só enriquece a prova, como também permite aos alunos demonstrar um entendimento mais profundo e contextualizado da Geografia de Portugal.

Valoriza-se o esforço realizado na construção de itens, partindo de um conjunto de suportes (mapa, gráfico, tabela, texto, etc.) alusivos a diversas variáveis, referentes à mesma unidade geográfica ou situação-problema, que permitam ao aluno propor as medidas, mobilizando competências de pensamento crítico e de análise multifatorial – itens 1.5. e 6.2.. Por exemplo, no item 1.5., que aborda a reabilitação e renovação urbana em Évora, os alunos são desafiados a considerar múltiplas perspetivas e variáveis, incluindo aspetos históricos, económicos e sociais, para propor medidas que incrementem a atratividade urbana e fomentem a coesão territorial. Da mesma forma, o item 6.2., relativo a centrais fotovoltaicas no Alentejo Litoral, requer que os alunos se posicionem sobre a implementação destas infraestruturas mobilizando para efeitos de argumentação a informação documentada.

À semelhança das provas anteriores, os itens de construção mantiveram-se, principalmente, ao nível da mera enumeração de medidas e/ou soluções a partir de um problema que lhe é apresentado *a priori*, como um dado adquirido, e não da análise cruzada de informação por parte do próprio. Esta abordagem limita a oportunidade de os alunos demonstrarem uma compreensão mais profunda e integrada dos conteúdos, já que se foca mais na memorização e enumeração do que na capacidade de análise e síntese crítica.

Além do mais, lamenta-se a não integração de conteúdos dos dois anos de escolaridade associados ao(s) mesmo(s) suporte(s), a qual deve ser retomada em edições futuras, pois a análise de um território ou de uma situação-problema implica a mobilização dos vários saberes de forma articulada, refletindo a complexidade e interconexão dos fenómenos geográficos. Esta integração permitiria uma avaliação mais abrangente e holística das competências dos alunos, promovendo a capacidade de relacionar e aplicar conhecimentos de diferentes áreas de estudo.

A introdução de conceitos e/ou expressões geográficas (capacidade higrométrica do ar, sobrelevação marítima de origem meteorológica, índice de polarização do emprego, agricultura de conservação e transparência da atmosfera) não enunciados nas Aprendizagens Essenciais, pode ter causado algum desconforto nos alunos, dificultando a interpretação e/ou a identificação do(s) conteúdo(s) da(s) resposta(s) esperada(s). O confronto com situações novas em contexto de exame pode aumentar o nível de *stress* e ansiedade nos alunos, prejudicando o seu desempenho geral. No entanto, a introdução de

conceitos não previstos nas Aprendizagens Essenciais pode ser vislumbrada como uma oportunidade para os alunos demonstrarem a sua capacidade de raciocínio crítico e adaptabilidade ao lidar com estes conceitos. Isto, porque, compreendemos, de igual modo, que a capacidade de transferir e aplicar conhecimentos a novas situações é uma competência valiosa e desejável no processo educativo.

O item 2.4.2. remete para a identificação da escala do mapa da Figura 2A. Efetivamente, o cálculo de uma distância no mapa e/ou o cálculo da escala não constituem Aprendizagens Essenciais de Geografia. Contudo, o processo cognitivo mobilizado para o cálculo da escala do mapa é o mesmo que se utiliza para calcular a distância real, pelo que, se o aluno utilizar as propostas de escala fornecidas nas alíneas e a distância no mapa medida entre a Lagoa das Sete Cidades e a Lagoa do Fogo, e efetuar o cálculo da distância real, irá identificar a escala que lhe permite obter a distância real mencionada no enunciado do item (30km). Na prática, a resolução do item não implica necessariamente o cálculo da escala; o aluno consegue identificá-la a partir do cálculo da distância real.

## Suportes (carto)gráficos

Os suportes (carto)gráficos introdutórios assentam em fontes documentais credíveis diversificadas e de boa qualidade gráfica, não comprometendo a inteligibilidade nem a interpretação do item a que se reportam.

Os mapas da Figura 3 e 4 deveriam ter tido uma revisão final mais cuidada. Na Figura 3, a utilização de uma cor semelhante para o 'granito rochas similares' e o 'estanho e volfrâmio', dificulta a rápida distinção entre os dois tipos de recursos minerais. Todavia, a associação entre a cor e a forma dos símbolos utilizados ajuda a distinguir os diferentes recursos, não inviabilizando a leitura e interpretação do mapa. Nas Figuras 4A e 4B, o ponto identificativo da cidade capital do distrito de Santarém não corresponde à sua localização exata, no entanto, também não compromete a resolução do item, tendo em conta as afirmações formuladas para o efeito da comprovação exigida.

Na Figura 7, seria recomendável que as caixas de texto não se sobrepusessem a elementos da paisagem que são referenciados nos itens do grupo de questões associados a este suporte, ao invés, poderiam ser utilizados números ou letras com a respetiva legenda.

## Tempo disponível para a realização do Exame Final Nacional

Contrariamente ao sucedido na edição anterior desta prova, alguns professores reportaram que o tempo para a realização da prova foi suficiente. Embora a perceção do tempo adequado possa variar entre diferentes alunos e professores, o *feedback* positivo indica uma evolução na preparação e execução do exame. Esta mudança deve ser reconhecida e mantida em edições futuras para assegurar que todos os alunos têm a oportunidade de demonstrar plenamente as suas competências geográficas.

## Critérios de Classificação (CC)

### Cotação/Valoração

Comparativamente aos CC estabelecidos no ano letivo anterior, mantem-se o número de itens obrigatórios e a inserção de itens de construção neste conjunto, contribuindo para um maior grau de exigência e seriação dos alunos.

Verificou-se uma preocupação com a valoração diferenciada dos itens, atribuindo-se uma cotação superior a dois itens de construção (1.5. e 6.2.), associados a competências de pensamento crítico e estratégico, idealmente suportadas por uma explanação clara, coerente, organizada e mobilizadora de vocabulário geográfico cientificamente correto. Em todo o caso, não é compreensível o critério de atribuição de igual valoração a todos os restantes itens, uma vez que, os itens 1.3., 2.4.1., 4.4., 5.4., 7.4 e 7.6., apresentam um nível de complexidade cognitivo mais exigente no âmbito da análise/fundamentação de uma situação-problema. Em conformidade com o exposto, entende-se que os itens deveriam ter uma valoração superior à que foi considerada.

## Critérios de Classificação

Para os oito itens de construção (todos de carácter obrigatório), congratula-se a desmultiplicação da pontuação a atribuir em função dos descritores de desempenho, estabelecida nos Critérios Específicos de Classificação.

Os descritores de desempenho dos itens de construção remetem para uma diferenciação entre a explicação adequada de um elemento (medida, impacte, etc.) e a linguagem científica utilizada, levando a que, em alguns níveis, possa coexistir 'Utiliza uma linguagem científica adequada' e 'Apresenta falhas na linguagem científica', gerando ambiguidades na correção. Não é exequível que uma explicação seja considerada adequada

se a linguagem científica utilizada apresentar falhas. A explicação de um elemento geográfico, como uma medida ou impacte, deve necessariamente estar associada a uma terminologia científica correta. Dissociar a qualidade da explicação da precisão científica pode levar a inconsistências na avaliação, prejudicando a objetividade e a equidade do processo.

O item 1.3. contempla nos tópicos de resposta unicamente aspetos positivos. O enunciado do item não restringe o tipo de impactes decorrentes da classificação do centro histórico de Évora como Património Mundial da UNESCO, pelo que dever-se-ia ter em conta nos tópicos de resposta outros aspetos, nomeadamente, negativos que os alunos justificadamente pudessem apresentar nas suas respostas.

No item 5.4., contrariamente ao definido nos Critérios Específicos de Classificação, as hipóteses elencadas nos tópicos de resposta da afirmação I e II, na realidade, podem ser utilizados para justificar a veracidade de ambas. A apresentação de uma lista única permitiria simplificar o processo de correção por parte do professor classificador.

Alguns professores saudaram o facto de ter havido o cuidado em diminuir o número de medidas e características exigidas na maioria dos itens de construção, de duas para uma. Esta mudança aumenta a probabilidade de os alunos identificarem corretamente a medida ou característica solicitada, resultando numa classificação mais elevada.

## Considerações finais

A decisão de manter a estrutura do ano anterior reflete uma continuidade que proporcionou acessibilidade à prova, com temas e conteúdos que são, habitualmente, trabalhados em sala de aula.

A prova continua a ser representativa dos conteúdos constantes dos documentos orientadores da disciplina. Tanto a escolha dos temas a testar, como a formulação dos itens são um reflexo significativo das competências associadas aos domínios de aprendizagem 'Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português', 'Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços' e 'Comunicar e participar'.

Relativamente aos processos cognitivos mobilizados na resolução da prova, é de congratular a existência de itens relacionados com a tomada de posição e argumentação face a situações-problema, em que o devido enquadramento das especificidades regionais e

locais características do território relevam para um nível de raciocínio e pensamento crítico de elevado valor, no âmbito da cidadania territorial. Apesar desta consideração, e para exponenciar o valor da disciplina ao nível do seu contributo no planeamento e ordenamento do território, sugere-se a formulação de itens de modo a ser possível aferir a capacidade de o aluno retirar informação de um conjunto combinado de suportes (extraída de *bigdata* e *websig*, tal como preconizado nas Aprendizagens Essenciais), analisá-la e identificar medidas de mitigação e de adaptação face a cenários futuros.

Lisboa, 26 de junho de 2024

Ana Cristina Câmara

Ana Cristina Câmara  
Presidente da Direção

**APROFGE**   
ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

**APROFGE**   
ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Associação de Professores de Geografia  
Bairro da Liberdade, Rua C2, Lote 9 - Loja 13  
1070-023 Lisboa  
Telefone: (+351) 213861490 | Telemóvel: (+351) 935117956 Email: [aprofgeo@gmail.com](mailto:aprofgeo@gmail.com);  
[www.aprofgeo.pt](http://www.aprofgeo.pt); [www.facebook.com/aprofgeo](https://www.facebook.com/aprofgeo)  
Entidade com protocolo com o ME